

CARTA DE APRESENTAÇÃO

A Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Anteriormente denominada: Investo Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.) inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.276.653/0001-23, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, apresenta por meio desta, as demonstrações contábeis para o exercício findo em 30 de junho de 2020, e os esclarecimentos requeridos por força da Carta Circular 3.981, de 25 de outubro de 2019 do Banco Central do Brasil.

Encontram-se em arquivo anexo os seguintes documentos:

- Relatório da Administração;
- Relatório dos Auditores Independentes;
- Balanços Patrimoniais;
- Demonstrações dos Resultados;
- Demonstrações dos Resultados Abrangentes;
- Demonstrações do Patrimônio Líquido
- Demonstrações dos Fluxos de Caixa – Método Indireto;
- Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

Informamos que as demonstrações contábeis acima mencionadas foram publicadas no dia 01 de setembro de 2020, no repositório de acesso público gratuito da instituição no link:

- <https://trinusinvestimentos.movidesk.com/kb/article/140085/demonstracoes-financeiras?preview=true&revisionId=450804>

Por fim cumpre salientar que a alta administração da Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A é responsável pelo conteúdo dos documentos contidos neste arquivo, e, por consequência, pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção.

DIEGO SIQUEIRA SANTOS
Diretor Presidente

FELIPE DE ANDREA
Contador CRC PR 067181

TRINUS CAPITAL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS
E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
(Anteriormente denominada: Investo Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)
Demonstrações Financeiras
Em 30 de junho de 2020 e 2019

TRINUS CAPITAL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 30 DE JUNHO DE 2020 E 2019

CONTEÚDO

Relatório da administração

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Quadro I - Balanços patrimoniais

Quadro II - Demonstrações dos resultados dos semestres

Quadro III - Demonstrações dos resultados abrangentes nos semestres

Quadro IV - Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Quadro V - Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas às demonstrações financeiras

TRINUS CAPITAL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
(Anteriormente denominada: Investo Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente, correspondentes ao exercício findo em 30 de junho de 2020.

O Prejuízo do semestre findo em 30 de junho de 2020 foi de R\$ 762 mil.

Gerenciamentos de Riscos e de Capital: em cumprimento às disposições regulatórias dispostas nas Resoluções números 4.557/17 e 2.554/98, publicadas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN, a Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. mantém uma estrutura de gerenciamento de riscos e gestão de capital.

Em 30 de junho de 2020, os limites operacionais da Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., apresentaram níveis adequados e suficientes, sendo compatíveis com a natureza de suas operações.

DIEGO SIQUEIRA SANTOS
Diretor Presidente

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos administradores e acionistas do
Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
(Anteriormente denominada: Investo Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (“Distribuidora”) que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 30 de junho de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), incluindo a Resolução nº 4720 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e a Circular nº 3959 do Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação das demonstrações financeiras

Chamamos atenção à nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que descreve que essas demonstrações financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir a inclusão do Relatório da administração. Em 21 de agosto de 2020 emitimos relatório de auditoria sem modificação sobre as demonstrações financeiras da Distribuidora, que ora estão sendo reapresentadas com a adição do Relatório da administração. Nossa opinião continua sendo sem qualquer modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras da Distribuidora para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e semestre findo em 30 de junho de 2019 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatórios, em 17 de março de 2020 e 12 de agosto de 2019, respectivamente, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Distribuidora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Distribuidora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante

resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de setembro de 2020.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP034519/O-6



Emerson Morelli
Contador CRC-1SP249401/O-4

TRINUS CAPITAL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
(Anteriormente denominada: Investo Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

*Balanços Patrimoniais no semestre findo em 30 de junho de 2020 e
exercício findo em 30 de dezembro de 2019*

(Em milhares de reais)

	NE	jun/20	dez/19
Ativo Circulante		1.634	2.318
Disponibilidades	3	5	68
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		1.539	1.528
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	4	1.539	1.528
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros			
Derivativos		53	722
Cotas de fundos de Investimentos	5	53	722
Outros Valores e Bens		37	-
Despesas Antecipadas		37	-
Ativo Não Circulante		804	771
Imobilizado de Uso	6	420	471
Imóveis de Uso		590	590
(Depreciações Acumuladas)		(170)	(119)
Intangível	7	384	300
Ativos Intangíveis		391	300
(Amortização Acumulada)		(7)	-
Total do Ativo		2.438	3.089
Passivo Circulante		314	203
Outras Obrigações	8	314	203
Fiscais e Previdenciárias		19	6
Diversas		295	197
Patrimônio Líquido		2.124	2.886
Capital social	9	2.950	2.950
Lucros ou Prejuízos Acumulados		(826)	(64)
Total do Passivo		2.438	3.089

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRINUS CAPITAL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
(Anteriormente denominada: Investo Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Demonstrações dos resultados nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	NE	jun/20	jun/19
Receitas de Intermediação Financeira		41	102
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	10	41	102
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		41	102
Outras receitas/despesas operacionais		(803)	(313)
Despesas de Pessoal	11	(138)	-
Outras Despesas Administrativas	12	(639)	(284)
Despesas Tributárias	13	(26)	(29)
Resultado Operacional		(762)	(211)
Prejuízo Líquido do semestre		(762)	(211)
Número de ações		5.849.278	5.849.278
Resultado por ação – básico		(0,2607)	(0,0721)
Resultado por ação – diluído		(0,2607)	(0,0721)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRINUS CAPITAL DISTRIUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
(Anteriormente denominada: Investo Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Demonstrações dos resultados abrangentes nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	jun/20	jun/19
Prejuízo líquido do semestre	(762)	(211)
Outros resultados abrangentes	-	-
Outros resultados	-	-
Resultado abrangente total	(762)	(211)
Resultado abrangente atribuível aos:	(762)	(211)
Acionistas controladores	(762)	(211)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRINUS CAPITAL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
 (Anteriormente denominada: Investo Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

Demonstrações do Patrimônio Líquido nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de lucros Reserva legal	Reserva especiais de lucros	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 1 de janeiro de 2019	2.950	590	32	-	3.572
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	(211)	(211)
Saldos em 30 de junho de 2019	2.950	590	32	(211)	3.361
Mutações do semestre	-	-	-	(211)	(211)
Saldos em 1 de janeiro de 2020	2.950	-	-	(64)	2.886
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	(762)	(762)
Saldos em 30 de junho de 2020	2.950	-	-	(826)	2.124
Mutações do semestre	-	-	-	(762)	(762)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

TRINUS CAPITAL DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
(Anteriormente denominada: Investo Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.)

*Demonstrações dos fluxos de caixa nos semestres findos
em 30 de junho de 2020 e 2019 - Método Indireto*

(Em milhares de reais)

	jun/20	jun/19
<u>Fluxo de caixa das atividades operacionais</u>		
Prejuízo do semestre	(762)	(211)
Ajuste por:		
Depreciações / amortizações	58	47
<u>Variação em ativos operacionais:</u>	621	211
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de Liquidez	(11)	-
Redução de títulos e valores Mobiliários	669	211
(Aumento) em despesas antecipadas	(37)	-
<u>Variação em passivos operacionais:</u>	111	(24)
Aumento em obrigações fiscais e previdenciárias	13	-
Aumento em obrigações diversas	98	(24)
<u>Caixa Líquido gerado (consumido) nas atividades operacionais</u>	<u>28</u>	<u>23</u>
<u>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</u>		
Aquisição de imobilizado de uso	-	(60)
Aquisição de intangível	(91)	-
<u>Caixa Líquido gerado (consumido) nas atividades de investimentos</u>	<u>(91)</u>	<u>(60)</u>
<u>Aumento líquido gerado pelos caixas e equivalentes de caixa</u>	<u>(63)</u>	<u>(37)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre	68	1.704
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre	5	1.667
<u>Aumento/(Redução) em caixa e equivalentes de caixa</u>	<u>(63)</u>	<u>(37)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (anteriormente: Investo Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.), denominada "Distribuidora", tem por objeto social as atividades de participação em outras sociedades comerciais ou civis como sócia, acionista ou quotista, bem como todas aquelas atividades listadas no Artigo 2º, Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 1.120 de 1986.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 10 de maio de 2018, foi deliberado a alienação do controle societário da Distribuidora da Bahia Holding S.A para Investopar Participações Ltda. Neste mesmo ato, também, foi aprovado a alteração da denominação social de Bahia Administração de Recursos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. para Investo Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 23 de agosto de 2019, foi deliberado a alteração da denominação social da Sociedade de Investo Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. para Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Neste mesmo ato, também, foi aprovada a inclusão de novos objetos sociais entre eles a operação em ambiente de bolsa, intermediação de operações de câmbio e operações no âmbito da instrução CVM nº 542.

Em fevereiro de 2020 foi registrado na Junta Comercial do Estado de Goiás uma ata de assembleia geral extraordinária onde deliberou-se por unanimidade de votos a alteração da denominação social de "Investo Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A." para "Trinus Capital Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.", foi aprovado também a inclusão ao objeto social as atividades de operar em recinto ou em sistema mantido por bolsa de valores, exercer as funções de agente emissor de certificados e manter serviços de ações escriturais. Além de emitir certificados de depósitos de ações e intermediar operações de câmbio.

1.1 Plano para operacionalização e início do negócio

A Distribuidora se encontra em fase pré-operacional com previsão para se tornar operacional no segundo semestre de 2020. Para que isso ocorra, e a instituição possa se tornar participante de uma das categorias de acesso da B3 e operar nos mercados oferecidos pela mesma, devemos atender a um conjunto de requisitos de admissão operacionais, tecnológicos e financeiros. Após concluída a auditoria, toda a documentação será encaminhada para aprovação do Conselho de Administração da B3. Em conjunto com o processo a Companhia vem adequando sua infraestrutura operacional e tecnológica.

2. BASE DE APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ("BACEN"), associadas às demais normas emitidas pelo BACEN.

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas estimativas e premissas na determinação dos montantes de certos ativos, passivos, receitas e despesas de acordo com as práticas contábeis vigentes no Brasil. Essas estimativas e premissas foram consideradas na mensuração de provisões para perdas e outros créditos, provisão para contingências, realização do crédito tributário, sempre que aplicável, impostos diferidos, na determinação do valor de mercado de instrumentos financeiros e na seleção do prazo de vida útil de certos ativos. Os resultados efetivos podem ser diferentes das estimativas e premissas adotadas.

As demonstrações financeiras foram revisadas, autorizadas e emitidas pela Diretoria em 21 de agosto de 2020 e estão sendo agora reemitidas para a inclusão da Carta de Apresentação e do Relatório da Administração, exigência essa do Banco Central do Brasil prevista no art. 9º da Resolução 4.720 e no art. 4ª da Circular 3.964. As demonstrações financeiras reemitidas foram autorizadas e emitidas pela Diretoria em 23 de setembro de 2020.

2.1 Alterações nas Normas Contábeis Brasileiras

Em decorrência do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN. Os pronunciamentos já aprovados pelo BACEN são:

- Res. 3.566/08 - redução do valor recuperável de ativos (CPC 01 (R1))
- Res. 4.524/16 - efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações financeiras (CPC 02 (R2))
- Res. 3.604/08 - demonstração dos fluxos de caixa (CPC 03 (R2))
- Res. 4.534/16 - ativo intangível (CPC 04 (R1))
- Res. 3.750/09 - divulgação sobre partes relacionadas (CPC 05 (R1))
- Res. 3.989/11 - pagamento baseados em ações (CPC 10 (R1))
- Res. 4.007/11 - políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (CPC 23)
- Res. 3.973/11 - eventos subsequentes (CPC 24)
- Res. 3.823/09 - provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (CPC 25)
- Res. 4.535/16 - ativo imobilizado (CPC 27)
- Res. 4.424/15 - registro contábil e evidênciação de benefícios a empregados (CPC 33 (R1))
- Res. 3.959/19 - resultado por ação (CPC 41)
- Res. 4.748/19 - mensuração ao valor justo (CPC 46)

Atualmente não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis do CPC e, nem tampouco, se a utilização dos mesmos será de forma prospectiva ou retrospectiva para a elaboração das demonstrações financeiras.

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) Apropriação de receitas e despesas

As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência, observado o critério "pro rata" dia para as despesas e receitas de natureza financeira.

b) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentada em milhares de reais, moeda funcional e de apresentação da Distribuidora.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os depósitos bancários disponíveis e TVM que se encaixam nos critérios estabelecidos pelo CPC 03 (R2), com conversibilidade imediata ou com prazo original igual ou inferior a noventa dias, conforme prevê a Resolução BACEN nº 3.604/08.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras são demonstradas pelo custo de aquisição, de aplicação ou de liberação, acrescidos de variações monetárias e juros contratualmente pactuados. Quando o valor de mercado for inferior, é efetuada provisão para ajuste do ativo ao valor de realização.

e) Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular nº 3.068/01 do Banco Central do Brasil (BACEN) e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários serão classificados de acordo com a intenção de negociação pela Administração em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

Títulos para negociação – adquiridos com o objetivo de serem ativos e, frequentemente, negociados, serão ajustados pelo valor de mercado, em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda – que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento, serão ajustados ao valor de mercado em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários;

Títulos mantidos até o vencimento – adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, serão avaliados, pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

f) Ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais serão efetuadas de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução nº 3.823/09, da seguinte forma:

- Ativos contingentes: não serão reconhecidos nas informações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- Passivos contingentes: serão incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não serão, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota;
- Provisões: serão reconhecidas nas informações financeiras quando, baseadas na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e pela Administração serão contabilizadas com base na expectativa de perda da Administração e divulgadas em notas explicativas.

g) Imobilizado de uso

São registrados pelo custo de aquisição e a depreciação foi calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil e econômica dos bens, sendo de 20% a.a. para “Sistema de processamento de dados” e de 10% a.a. para as demais contas.

h) Intangível

Gastos em atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo forem tecnicamente e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

i) Prejuízo por ação

Calculado com base na quantidade de ações em circulação na data do balanço.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

São representados por disponibilidades em moeda nacional:

	jun/20	dez/19
Disponibilidades	5	68
Depósitos bancários	5	68
Total de caixa e equivalentes de caixa	5	68

4. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

As aplicações interfinanceiras de liquidez são depósitos interfinanceiros mantidos no Banco BBM, cujo vencimento das operações na data de efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Distribuidora para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo conforme seguem abaixo:

	Taxas	Vencimento	jun/20	dez/19
<u>Aplicações interfinanceiras de liquidez</u>			1.539	1.528
	De 95% a 100%			
Banco BBM - CDI POS B3	CDI	21/08/2020	1.539	1.528
<u>Total</u>			1.539	1.528

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os títulos e valores mobiliários são aplicações de recursos próprios, estão classificados como "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda", e estão compostos conforme tabela abaixo:

	Vencimento	Hierarquia do valor justo	jun/20	dez/19
<u>Títulos para negociação</u>				
Carteira própria			53	-
Cotas de fundo de direitos creditórios - FIDC	Sem vencimento	Nível 2	53	-
<u>Títulos disponíveis para venda</u>				
Carteira própria			-	722
Cotas de fundo de renda fixa	Sem vencimento	Nível 2	-	4
Cotas de fundo de direitos creditórios - FIDC	Sem vencimento	Nível 2	-	718
<u>Total</u>			53	722

Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços). Mensurações de valor justo de Nível 3 são obtidas através de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

6. IMOBILIZADO

Composição do imobilizado

	jun/20			dez/19
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Imobilizado de uso				
Instalações (a)	348	(128)	220	252
Móveis e equipamentos de uso	129	(23)	106	113
Sistema de processamento de dados	113	(19)	94	106
<u>Total</u>	<u>590</u>	<u>(170)</u>	<u>420</u>	<u>471</u>

(a) Saldo referente a instalações incorridas no imóvel pertencente a terceiros, alugado pela Holding por meio do contrato firmado em 01/08/2017 e aditivado em 10/09/2018 transferindo a titularidade para a Investo Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Consideramos que as instalações realizadas no imóvel aumentam a capacidade de produção e eficiência da DTVM, conforme Resolução BACEN nº 4535/16 art. 5º.

Movimentação do imobilizado

	jun/20				jun/20
	dez/19	Adições	Baixas / Alienações	Depreciação	
Imobilizado de uso					
Instalações	252	-	-	(32)	220
Móveis e equipamentos de uso	113	-	-	(7)	106
Sistema de processamento de dados	106	-	-	(12)	94
Total	471	-	-	(51)	420

7. INTANGÍVEL

Composição do intangível

	jun/20			dez/19
	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Saldo líquido
Sistemas e softwares	91	(7)	84	-
Desenvolvimento de software	300	-	300	300
Total	391	(7)	384	300

Movimentação do intangível

	jun/20				jun/20
	dez/19	Adições	Baixas / Alienações	Depreciação	
Sistemas e softwares	-	91	-	(7)	84
Desenvolvimento de software (a)	300	-	-	-	300
Total	300	91	-	(7)	384

(a) A Administração da Companhia está em processo de reavaliação do software em desenvolvimento junto a empresa Cedro (módulos de portal do cliente, cadastro, permissionamento) para fins de adaptação para a utilização em suas operações. Na data base de junho de 2020 a companhia entende que atende aos critérios estabelecidos no art. 2º da resolução 4.534 do Bacen e conseqüentemente mantém registrado o seu intangível em desenvolvimento até que esteja pronto para o uso e início do processo de amortização.

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	jun/20	dez/19
Fiscais e Previdenciárias	19	6
Impostos e contribuições sobre terceiros	2	6
Impostos e contribuições sobre salários	17	-
Diversas	295	197
Obrigações por aquisição de bens e direitos	27	78
Outras obrigações com pessoal	40	-
Outras despesas administrativas	135	26
Provisões para contingências (NE 16)	93	93
Total	314	203

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

O capital social no montante de R\$ 2.950 (R\$ 2.950 em 2019), está representado por 5.849.278 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 2.924.639 ações ordinárias e 2.924.639 ações preferenciais, totalmente integralizadas nas datas das demonstrações financeiras, por acionistas domiciliados no País.

b. Reservas de Lucros

O Lucro líquido do exercício anual terá as seguintes destinações:

- (i) 5% à constituição de reserva legal, até atingir o limite previsto na legislação societária de 20% do Capital Social.
- (ii) Pagamento de dividendos, que de acordo com o estatuto social é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício.
- (iii) O saldo terá a destinação que a Assembleia Geral entender conveniente aos interesses sociais, podendo ser transferido para uma reserva estatutária que se destinará ao pagamento de dividendos ou reforço de capital, até que atinja o limite definido na legislação em vigor.

As destinações dos lucros são realizadas no encerramento do exercício social.

c. Resultado por ação

O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação. Não foram identificados fatos de diluição no período.

	jun/20	jun/19
Prejuízo líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias	(762)	(211)
Média ponderada das ações no período	2.925	2.925
Resultado por ação - básico e diluído	(0,2607)	(0,0721)

10. RESULTADO DE OPERAÇÕES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>jun/20</u>	<u>jun/19</u>
<u>Resultado de operações com títulos e valores mobiliários</u>		
Rendas com aplicações em depósitos interfinanceiros	26	49
Rendas com títulos e valores mobiliários	15	53
<u>Total</u>	<u>41</u>	<u>102</u>

11. DESPESAS COM PESSOAL

	<u>jun/20</u>	<u>jun/19</u>
<u>Despesas com pessoal</u>		
Despesas de pessoal - Benefícios	(8)	-
Despesas de pessoal - Encargos sociais	(34)	-
Despesas de pessoal - Proventos	(96)	-
<u>Total</u>	<u>(138)</u>	<u>-</u>

As despesas com pessoal em 2020 são decorrentes das contratações e preparação do time operacional e administrativo para fazer frente a entrada operacional prevista para 2020.

12. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	<u>jun/20</u>	<u>jun/19</u>
<u>Outras despesas administrativas</u>		
Despesas com serviços técnicos especializados (a)	(91)	(86)
Despesas com processamento de dados (b)	(334)	(19)
Despesas com serviços do sistema financeiro	(19)	(9)
Despesas com publicação	(7)	(19)
Despesas com água, energia e gás	(15)	(20)
Despesas com aluguel	(40)	(42)
Despesas com comunicações	(17)	(14)
Despesas com depreciações	(58)	(47)
Outras despesas	(58)	(28)
<u>Total</u>	<u>(639)</u>	<u>(284)</u>

(a) O saldo é composto principalmente por serviços técnicos como auditoria externa, contabilidade, assessoria técnica e consultoria.

(b) Composto por despesas em infraestrutura principalmente com despesas com software para preparação operacional da Companhia e entrada em operação no segundo semestre de 2020.

13. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	jun/20	jun/19
<hr/>		
Outras despesas administrativas		
Despesas com PIS	(1)	(1)
Despesas com Cofins	(2)	(4)
Despesas com demais impostos e taxas	(4)	(5)
Despesas com taxa de fiscalização da CVM	(19)	(19)
<hr/>		
Total	(26)	(29)

14. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Demonstrativo do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	jun/20		jun/19	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<hr/>				
Apuração do IR e CSLL				
Resultado antes da tributação de IR e CSLL	(762)	(762)	(211)	(211)
Base de cálculo de IR e CSLL	(762)	(762)	(211)	(211)
Adições / (exclusões)	45	45	38	38
Despesas indedutíveis			38	38
Lucro Real	(717)	(717)	(173)	(173)
<hr/>				
Encargos de 15% de IR + adicional de 10% de IR	-	-	-	-
Encargos de 20% de CSLL	-	-	-	-

Em 30 de junho de 2020, a Distribuidora apresentava prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social no montante de R\$ 717 (R\$ 173 em 2019).

15. OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém as seguintes operações com suas partes relacionadas:

15.1 Contas a pagar com partes relacionadas

Saldo em 30 de junho de 2019 de R\$ 27 mil referente à reembolsos de compras de itens do ativo imobilizado adquirido por diretores e administradores da Companhia da Companhia.

15.2 Remuneração aos administradores e acionistas

A remuneração dos administradores é baseada nas melhores práticas de mercado obtida por meio de pesquisa de mercado setoriais e entidades sindicais, devendo ser proposta pelo Comitê de Remuneração, observado o disposto no Estatuto social da Distribuidora, onde, após proposta, será submetida à assembleia geral para aprovação.

Os Administradores quando do efetivo exercício de suas funções, poderão receber remuneração a título de pró-labore, estabelecida de comum acordo entre os Sócios e salários quando não constantes no quadro acionário. Não houve pagamentos de remuneração a diretores nos semestres findos em 30 de junho de 2020 e 2019.

16. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

Os processos de natureza tributária, trabalhista e cível, classificados com base na opinião dos assessores jurídicos como risco de perda provável, são provisionadas na Rubrica "Outras Obrigações". No semestre findo em 30 de junho de 2020 foi provisionado o montante de R\$ 93 referente a processo trabalhista com notificação de risco provável por parte dos assessores jurídicos.

Os passivos contingentes referentes processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível classificados, com base na opinião dos assessores jurídicos, como risco de perda possível, não são reconhecidos contabilmente. Em 30 de junho de 2020 os processos possíveis são de R\$ 404.

17. RISCO OPERACIONAL E RISCO DE MERCADO

A Distribuidora tem aperfeiçoado continuamente seus sistemas tecnológicos voltados ao controle e prevenção de riscos, visando reduzir possíveis perdas, por meio do acompanhamento constante de suas operações e garantias prestadas.

Os riscos à atividade são analisados e administrados diretamente pela diretoria, acompanhando o controle dos fatores de exposição a riscos de mercado, crédito e institucionais.

18. LIMITES OPERACIONAIS

Conforme permitido pela Resolução nº 2.283 do Banco Central do Brasil de 5 de junho de 1996 os limites da Distribuidora são calculados com base na totalidade dos ativos. O índice de Basileia para 30 de junho de 2020 foi de 66,28% (15,64% em 30 de junho de 2019).

19. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não foram identificados eventos subsequentes entre a data final do período a que se referem as demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações financeiras.

20. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

A DTVM está em fase pré-operacional em que os investimentos estão sendo implementados, sendo assim, a Administração avaliou os impactos do COVID19 no atual cenário econômico e financeiro e entende que não há impactos significativos nas suas operações. O impacto desse cenário econômico será apenas em uma possível postergação da entrada em operação e necessidade de novos aportes financeiros pelos seus acionistas para fazer frente as despesas no segundo semestre de 2020.

DIEGO SIQUEIRA SANTOS
Diretor Presidente

FELIPE DE ANDREA
Contador CRC PR 067181